



**FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - FACS**

**CURSO: PSICOLOGIA**

**O TREINO DAS HABILIDADES SOCIAIS COM CRIANÇAS  
ABUSADAS SEXUALMENTE**

**JULIANA DE CARVALHO ARANTES**

BRASÍLIA  
Novembro/2006

**JULIANA DE CARVALHO ARANTES**

**O TREINO DAS HABILIDADES SOCIAIS COM  
CRIANÇAS ABUSADAS SEXUALMENTE**

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de Psicologia do UniCEUB – Centro Universitário de Brasília.

Professora Orientadora: Izane Nogueira de Menezes

Brasília/DF, Novembro de 2006

Dedico este trabalho aos meus pais, Dilná e Romeu, que sempre acreditaram em mim, e investiram na minha formação profissional.

Agradeço, primeiramente, a Deus, o principal responsável pela realização deste trabalho. Aos meus pais amados, que sempre se dedicaram para me dar o melhor. Aos amigos fiéis, e em especial a Gabriela Artemis. Ao meu namorado querido, por todo apoio e compreensão.

## SUMÁRIO

DEDICATÓRIA .....	iii
AGRADECIMENTO .....	iv
SUMÁRIO .....	v
RESUMO .....	vi
INTRODUÇÃO .....	1
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	5
1. Abuso Sexual Infantil .....	5
2. Habilidades Sociais .....	15
2.1 O treino das habilidades sociais .....	19
2.2 Treinamento Assertivo .....	21
2.3 A importância do Treinamento da Habilidade de fazer e recusar pedidos .....	26
2.4 Habilidades Empáticas .....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	36
ANEXOS .....	38
Anexo 1 Exemplos de comportamentos passivo, agressivo e assertivo .....	39

## RESUMO

O abuso sexual infantil é uma violência que sempre existiu na história da humanidade, porém este é um assunto pouco difundido por causar um certo desconforto na sociedade em geral. As vítimas de abuso sexual infantil podem apresentar vários problemas físicos e psicológicos depois deste incidente, e na maioria das vezes, elas acabam se adaptando ao contexto de abuso sexual, comportando-se de forma passiva diante desta situação. Muitas crianças sofrem novas situações de abuso sexual no decorrer de suas vidas, devido a falta de aprendizagem de auto-proteção. Além disso, a criança abusada sexualmente pode aprender com o próprio abusador, a também abusar de outras pessoas, tornando-se um futuro abusador, ocorrendo assim uma cadeia de abusos sexuais sem fim. Desta forma, este trabalho aborda o treino das habilidades sociais e em específico as habilidades assertivas e as habilidades empáticas como forma de prevenção e tratamento de crianças vítimas de abuso sexual. O treino assertivo tem como objetivo principal ensinar comportamentos que sejam específicos ao repertório comportamental da criança vítima de abuso sexual, possibilitando assim que esta adquira condições de desenvolver comportamentos de auto-proteção, de valorização dos direitos e deveres, de recusar pedidos abusivos, de expressar as próprias vontades, isto é, de alcançar o objetivo desejado, mas sempre respeitando a posição e o espaço do outro. As habilidades empáticas podem ajudar a prevenir comportamentos anti-sociais, como o de abusar sexualmente de outras pessoas. A criança que aprende a validar os sentimentos do outro tende a valorizar e a respeitar os limites do outro.

Palavras-chave: Abuso sexual; criança; habilidades sociais;

## INTRODUÇÃO

Em pleno século XXI, em meio a uma era globalizada, onde o capitalismo impera na forma de produção do mercado mundial, e com a mecanização e a automatização dos bens de consumo, substituindo os serviços braçais com intuito de facilitar cada vez mais a vida das pessoas, esperava-se que ocorresse não somente uma revolução tecnológica, mas também uma revolução na forma de agir dos indivíduos, proporcionando a melhoria da qualidade de vida das pessoas e das relações sociais, gerando oportunidades iguais para todos, sem discriminações raciais.

Entretanto, não é isso que temos visto no cotidiano, ao contrário, é notável as grandes instabilidades sociais, com oportunidades desiguais, e um crescente índice de violência e discriminação social, racial e sexual. Em outras palavras, nem mesmo a revolução industrial, ou produção em massa e até mesmo o esplêndido progresso científico conseguiram resolver alguns problemas históricos sociais da humanidade.

Um destes problemas é a violência que vem crescendo de forma assustadora no mundo inteiro, atingindo as diversas camadas sociais, homens e mulheres de todas as idades. E o que mais sensibiliza, é saber que o público que tem sido mais atingido por este incidente é composto por crianças, mulheres e idosos, que até hoje, são vistos como mais frágeis e com menos direitos que as demais pessoas.

Uma das formas de violência que sempre existiu na história da humanidade, mas que ainda hoje, é pouco difundida, por gerar um certo desconforto na sociedade é o abuso sexual, e quando se refere ao público infantil, o assunto fica mais grave. Este assunto chega a ser negado pela maioria da população, pois fica difícil conceber a idéia de que existem pessoas que utilizam o corpo de uma criança para satisfazer-se sexualmente, entretanto, sabemos que esta violência ocorre com adultos e até bebês (Gauderer, 1996).

Muitos estudos realizados nesta área nem aparecem nas estatísticas históricas, devido ao fato de ser um tema bastante interdito, de difícil expressão e também por ser complicado de comprovar esta violência em muitas famílias. Desta forma, acaba

sendo mais fácil simplesmente omitir os acontecimentos, e fechar os olhos para esta realidade.

Por mais que este tema possa causar aversão nas pessoas em geral, esta violência é algo que sempre ocorre no dia-a-dia de muitas famílias e simplesmente dar as costas para esta problemática, além de não ajudar as vítimas deste crime, também contribui para que esta prática se perpetue ao longo dos anos.

Crianças que sofrem a experiência de abuso sexual, podem apresentar vários problemas depois deste incidente, pois muitas delas acabam passando por novas situações de abuso no seu futuro, devido a falta de aprendizagem de auto-proteção, isto é, elas acabam tendo dificuldades de falar não para o abusador, por medo de sofrerem represálias por parte deste. Com isso, na maioria das vezes, elas preferem adaptar-se ao contexto de abuso sexual, para se esquivarem da punição do agressor (Padilha, 2002).

Muitas destas crianças são abusadas sexualmente durante vários anos, e o fato delas não reagirem contra esta situação, ao contrário, comportarem-se de forma passiva diante deste contexto, dificulta mais ainda o processo de denúncia das ocorrências de abuso sexual intra-familiar (Gauderer, 1996).

Este mesmo autor, cita que um dos mitos que ocorrem na questão do abuso sexual é que esta violência é realizada na maior parte das vezes por desconhecidos. Todavia, sabe-se que isso não é verdade, pois apenas 25% dos agressores são desconhecidos e em grande parte, o abuso sexual é realizado por algum membro da família, ou por alguém conhecido da criança.

Além disso, a criança, vítima de abuso sexual, pode acabar aprendendo com o próprio abusador a também abusar de outras pessoas, ocorrendo assim uma cadeia de abusos sexuais sem fim.

Furniss (1993) mostra em seu livro que a relação entre ser abusado sexualmente e posteriormente abusar sexualmente de outras pessoas é algo muito comum de se ocorrer.

Diante do que foi exposto acima, a proposta apresentada nesta monografia é a de compreender o Treino das Habilidades Sociais e, em específico, as habilidades



assertivas e as habilidades empáticas como forma de prevenção e tratamento de crianças vítimas de abuso sexual. Mas, como o treino das habilidades sociais pode contribuir para diminuir o impacto negativo desta problemática?

Será discutida a importância do treino assertivo com crianças que apresentam comportamentos passivos diante do abuso sexual e em situações de perigo, necessitando assim, aprenderem comportamentos de auto-proteção. Além disso, será abordada a importância da aprendizagem das habilidades empáticas como forma de prevenir que estas crianças se tornem futuros abusadores. Tal análise será feita a partir da abordagem analítico comportamental infantil.

Del Prette & Del Prette (1999) mostram que o treino das habilidades sociais proporciona uma melhora na qualidade de vida das pessoas e também enriquece o bom desenvolvimento das relações sociais.

Dentre as várias classes de habilidades que compõem as Habilidades Sociais, as habilidades assertivas e as habilidades empáticas são as que mais se enquadram na intervenção de crianças vítimas de abuso sexual, pois o treino assertivo possibilita que a criança aprenda a discriminar situações abusivas, ou seja, situações que possam causar danos moral e físico para a mesma, de forma que ela tenha condições de enfrentar ou se esquivar do contexto de abuso, sem deixar que o outro viole os seus direitos, evitando com isso, novas situações de abuso.

O treino das habilidades empáticas, ensina a criança que ela tem direitos e deveres, da mesma forma que os outros também tem direitos e deveres e que estes devem ser respeitados. A partir desta aprendizagem, a mesma aprende a valorizar tanto os seus direitos, como os direitos do outro, evitando assim que a criança se torne um futuro abusador.

Diante do que foi exposto, o objetivo principal deste trabalho é deixar o leitor ciente de que é possível fazer uma relação entre o Treino das Habilidades Sociais com crianças vítimas de abuso sexual, e que esta proposta pode dar bons resultados, além de ampliar a área de atuação dos psicólogos comportamentais na intervenção de crianças abusadas sexualmente.

Dentre os diversos autores citados nesta monografia, vale ressaltar Del Prette & Del Prette (2005), Caballo (2003), Furniss (1993), Gauderer (1996) e Padilha (2002), que foram os principais responsáveis pelo desenvolvimento deste trabalho.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 1. Abuso Sexual Infantil

Uma das formas de acabar com a violência sexual é denunciando esta prática e Lamb (1994, citado em Caballo & Simón, 2005) fornece o dado que nas últimas duas décadas ocorreu um aumento relevante no índice de denúncias de abuso sexual infantil, em países industrializados. Porém, não se sabe ao certo, se esse aumento ocorreu pelo fato de realmente ter ocorrido mais abusos sexuais infantis, ou devido a um aumento do conhecimento desta problemática, facilitando assim, no processo de denúncias. Além do mais, pode também ter acontecido a junção de ambos os fatores.

O conceito de abuso sexual é bastante amplo, variando de acordo com a cultura, devido ao fato de que algumas atitudes que podem ser consideradas como proibidas ou levianas em uma cultura, podem ser completamente aceitas e vistas como normais em outra cultura. Sendo assim, deve ficar claro para o leitor que estes conceitos não são universais (Padilha, 2002).

O mesmo autor conceitua o abuso sexual infantil como um fenômeno no qual o adulto se satisfaz sexualmente, por meio da utilização incorreta do corpo da criança, ocorrendo assim uma relação abusiva, e deixando a criança sem o poder de decisão.

Desta forma, qualquer atividade sexual que ocorre entre um adulto e uma pessoa de menor idade, e independentemente deste menor compreender ou não a atividade sexual, é considerado como abuso sexual infantil (Caballo & Simon, 2005).

Gauderer (1996) descreve este ato como “a falta de consentimento do menor na relação com o adulto” (p. 163). Logo, se a criança ainda não apresentar estruturas biológicas, psicológicas, e emocionais para manter uma relação com o adulto, que envolva questões sexuais, o menor acaba saindo em total desvantagem, porque além de existir uma certa dependência física e emocional por parte da mesma em relação ao adulto, ela ainda acaba sem o poder de escolha, pois é o adulto quem decide o que é bom ou ruim para ela.

Portanto, neste trabalho, a definição que será considerada como abuso sexual infantil é: O ato do adulto ou adolescente, utilizar de forma desordenada o corpo de uma ou mais crianças, com o intuito de gratificar-se sexualmente.

Em virtude desta gratificação desordenada, acaba ocorrendo a quebra do direito de escolha da criança, pois a mesma além de não ter sua sexualidade preparada para o ato sexual, também não possui um repertório comportamental competente para compreender a situação de abuso.

Para complementar, Barbosa (1999) discorre a respeito do abuso sexual infantil de uma forma bem interessante, e ela afirma que “a sexualidade não é fonte de reprodução da espécie humana, tampouco de prazer. Não é praticada na forma de relações bilaterais e legítimas. Ao contrário, manifesta-se como instrumento de perversão, coação e coerção” (p. 35). Em outras palavras, o abuso sexual infantil ocorre quando o adulto utiliza de forma errada o corpo da criança, com a finalidade de satisfazer os próprios desejos e prazeres, sem levar em consideração à vontade e os direitos da criança.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) comentado (1991) no ART. 17, Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade “O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.” (p. 26) e no parágrafo seguinte, o ART. 18, mostra que “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.” (p .26).

Desta forma, fica claro que toda criança tem o direito de ser protegida de situações de risco, não somente pelos seus familiares, mas também pela sociedade como um todo. Para finalizar esta parte referente à legislação, percebemos que o ART. 130. afirma que “Verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum.” (p.175).

Um dado que Gauderer (1996) fornece em seu livro, é que depois de algumas pesquisas realizadas com mulheres, observou-se que uma média de 20 a 30% das

mulheres entrevistadas, relataram terem sido forçadas, quando criança, a ter relação sexual com um adulto, sendo que 1% destas mulheres, passaram por incesto familiar.

Finkelhor (1993, citado em Caballo & Simon, 2005) acredita que cerca de 500.000 crianças norte-americanas sofrem abuso sexual anualmente e por volta de 20% das mulheres e 5 a 10% dos homens sofrem esta violência durante a infância ou adolescência.

Gauderer (1996) complementa em seu livro, que a freqüência de meninas que são abusadas sexualmente é 10 vezes maior do que a freqüência de abusos que ocorrem com meninos.

Além disso, o número de casos que envolvem abuso sexual é muito maior do que de fato é divulgado, e esta dura realidade ocorre entre todas as classes sociais, com ambos os sexos e entre todas as idades, e se tivéssemos a possibilidade de descobrir todos os registros de abuso sexual infantil que realmente ocorrem, seria possível perceber que é muito comum esta violência.

Independente deste tema ser algo difícil de ser abordado, pois além de ser muito amplo, também é polêmico, a verdade é que este crime acontece diariamente, e fingir que este incidente não ocorre ou quando ocorre, é algo bem distante de nós, não ajudará a resolver esta problemática. Reconhecer que o problema existe é o primeiro passo para resolvê-lo.

Existem várias formas de acontecer o abuso sexual, de acordo com a perspectiva de Gabel (1997), podendo ocorrer por meio de “contatos físicos, de masturbação recíproca, de voyeurismo, de exibicionismo, de penetração oral, anal ou genital” (p. 64).

Porém, cabe destacar aqui, que nem todo abuso sexual precisa necessariamente ocorrer o contato físico entre abusador e abusado, e Butler (1978) discorre melhor a respeito deste assunto quando afirma que:

O pai que se coloca do lado de fora da janela do quarto da filha para vê-la vestir-se e despir-se está cometendo uma violência sexual contra a mente da criança, da mesma maneira que o pai que estupra, pela violência e pela força, o corpo de sua filha (p.15).

As estimativas mostram que na maior parte das vezes, o agressor faz parte da família da vítima, e quando não faz parte da família, tende a ser um conhecido bem próximo da mesma, enquanto que os casos que envolvem agressores estranhos ocorrem em um número bem menor.

Uma forma bastante conhecida de abuso sexual infantil é o incesto, que segundo Aurélio (1975) é definido como a “união sexual ilícita entre parentes consangüíneos, afins ou adotivos” (p. 752).

Gabel (1997) afirma em seu livro que a maioria das crianças são orientadas a desconfiarem de pessoas estranhas, já com as pessoas de casa, elas aprendam que tem que ser obedientes e confiar naqueles que são seus responsáveis, de forma a se submeter a tudo o que eles falam ou pedem para ela fazer, caso contrário, a criança é tida como desobediente.

Renshaw (1984) também escreve a respeito desse tema mostrando que a criança deve aprender os seus direitos, de maneira que possa recusar qualquer tipo de abordagem coativa e inadequada que for proposto a ela, dentro ou fora da família.

Levando em consideração um ambiente em que o próprio pai, padrasto, ou alguém próximo da família passa a abusar da criança, ocorre uma probabilidade muito grande da criança submeter-se a todos os tipos de práticas abusivas que o agressor propõe, porque para a criança continuar sendo vista como uma pessoa obediente, ela acaba fazendo tudo aquilo que seus responsáveis a pedem, também para se esquivar de situações punitivas.

Butler (1978) acredita que muitas crianças que são vítimas de abuso sexual geralmente escondem seus sentimentos, não dão crédito às suas percepções, negando assim sua própria realidade. Em outras palavras, com o passar do tempo estas vítimas infantis acabam se adaptando a este tipo de violência, como se fosse algo normal, e muitas das vezes passam a apresentar atitudes passivas, pois contar para alguém a respeito do seu sofrimento, seria expor-se a uma nova experiência aversiva, correndo o risco de obter mais punição verbal ou física por parte do agressor. Diante disso, a criança se submete aos pedidos do abusador.

Percebe-se que a criança se submeter aos mandos do abusador, é uma forma de se prevenir de uma punição, isto é, a criança se esquia de novas formas de agressão, toda vez que ela obedece ao agressor. Além disso, quando a criança corresponde às expectativas do agressor, comportando-se de forma passiva, este pode recompensá-la dando mais atenção e carinho, aumentando mais ainda o comportamento de esquia da mesma.

Outro fator que contribui para a criança se adaptar à situação de abuso sexual intrafamiliar, é o de que depois que ela contar para a mãe que existe esta violência dentro da própria casa, pode gerar a desestabilidade familiar, como também a criança pode ser tida pela família como mentirosa, o que causa mais sofrimento para a vítima infantil. Para se esquivar destas situações aversivas, a criança acaba mentindo para evitar conseqüências aversivas como: brigas na família, desconfiança dos mais velhos em relação a versão que a criança conta, preferindo acreditar no abusador que geralmente nega os abusos e outras mais variadas situações punitivas.

Spaccarelli (1994, citado em Caballo & Simon, 2005) também escreve a respeito deste assunto, e afirma que a maneira que a criança discrimina o abuso sexual depende muito da forma que os seus responsáveis prestam apoio depois da revelação desta violência. Ou seja, se os responsáveis recebem a informação de forma compreensiva, e prestam assistência à criança, ela tende a discriminar o abuso como algo ruim ou proibido. Em contrapartida, se os cuidadores preferirem não acreditar na criança, e desvalorizar o relato da mesma, é mais provável que esta também não dê crédito ao abuso e adapta-se à violência como se fosse algo natural.

Outro autor que escreve a respeito deste assunto é Barbosa (1999) e ela acredita que em casos de incesto, a criança pode cair na conhecida “síndrome de adaptação”, pois ela acaba guardando para si mesma este sofrimento, sem contar com ajuda de outros, por medo de confrontar o agressor que faz parte da própria família. Isso se dá porque a relação pai-filho requer por parte do adulto, o cuidar, ensinar e não abusar dos seus poderes, mas quando isso não ocorre, a criança acaba se sentindo desprotegida e o resultado de todo este desconforto é a sua adaptação, de forma que a criança passa a aceitar e conviver com a situação abusiva de forma passiva.

A partir daí, a criança já vai crescendo com dificuldade de discriminar aquilo que ela deve ou não fazer. Em outras palavras, o menor vai crescendo num ambiente em que não lhe é ensinado valores e direitos, e com isso, quando ela se tornar adulta, poderá apresentar dificuldades para falar dos seus sentimentos e também de expressá-los, sofrendo conseqüências em várias áreas de sua vida, por falta de parâmetros e por ter tido uma aprendizagem escassa de valores.

Não se pode afirmar com precisão que haja uma relação diretamente causal entre o abuso sexual e problemas psicológicos a longo prazo, ou seja, não existe uma correlação entre ser vítima de abuso sexual e apresentar problemas psiquiátricos futuramente. Todavia, sabe-se que em muitos casos, é possível o surgimento de alguns problemas com as vítimas de abuso sexual depois desta experiência.

Após vários estudos, Kendall-Tackett, Williams e Finkelhor (1993, citados em Williams, 2002) concluíram que muitas pessoas que passaram por situações de abuso sexual demonstraram ter mais comportamentos anti-sociais, do que as crianças que nunca vivenciaram esta situação.

Outros autores que partilham dessa mesma idéia são Caballo e Simón (2005), acreditando que as vítimas de abuso sexual têm uma probabilidade maior de desenvolver problemas psicológicos nas relações interpessoais, do que pessoas que nunca passaram por esta experiência.

Furniss (1993) também acredita que este tipo de violência pode acabar gerando alguns problemas nas suas vítimas, tanto no âmbito físico quanto no âmbito psicológico e cabe aos profissionais responsáveis pelas conseqüências desastrosas do abuso, atuarem de forma eficaz, para diminuir o impacto negativo que acomete estas vítimas infantis.

O mesmo autor deixa claro que em muitos casos, a criança pode negar o fato de ter sido abusada sexualmente, devido ao medo de ser rejeitada, julgada ou excluída; e isso impede que ela dê abertura para o terapeuta agir. Por isso, é de suma importância que o terapeuta estabeleça um vínculo com a criança, criando um ambiente em que se sinta acolhida e também à vontade para expressar suas dores e dificuldades.



As conseqüências deixadas pela situação de abuso sexual infantil são inúmeras, variando de caso a caso, pois deve ser levado em consideração o intervalo de tempo que ocorre o abuso. Quanto maior a duração do abuso sexual infantil, mais grave fica a situação. Outras variáveis que podem complicar mais este caso são: a intensidade na qual a violência ocorre; a forma que a mãe, ou familiares, se posicionam diante do abuso; a proximidade do agressor com a vítima e o período em que esse crime ocorre, sendo que quanto mais nova for a criança, mais ela pode sofrer (Williams, 2002).

Dentre as diversas conseqüências que podem aparecer na vítima de abuso sexual infantil são: lesões físicas, estresse, depressão, distúrbios de sono, enurese e encoprese, que são mais comuns em crianças bem pequenas, dores abdominais, bulimia, pesadelos, desinteresse pelos estudos, transtorno por estresse pós traumático, baixa auto-estima, comportamento anti-social agressivo, tentativas de fuga ou suicídio, prostituição, toxicomania, delinqüência, comportamentos de isolamento, gravidez na adolescência, hiperatividade, conduta sexual imprópria, podem também apresentarem comportamentos sexualizados, comportamentos passivos em relação a auto-proteção, e correm também o risco de tornarem-se abusadores futuramente, além de poder apresentar outros mais variados tipos de comportamentos anti-sociais (Caballo & Simon, 2005 e Kendall-Tackett, Williams e Finkelhor, 1993).

Entretanto, no presente trabalho será enfatizado apenas a questão de crianças que podem se tornar futuros abusadores, que apresentam comportamentos passivos em relação à auto-proteção, contra novas situações de abuso sexual e uma breve descrição a respeito de comportamentos sexualizados, pois estes comportamentos são os que aparecem com maior freqüência em vítimas de abuso sexual.

Comportamentos sexualizados podem ser descritos como: o comportamento de inserir objetos nos órgãos genitais, masturbar-se excessivamente em público, acariciar os órgãos genitais de outras pessoas, e em geral, demonstrar interesse demais em relação a questões sexuais. Isso se dá pelo fato da criança formar uma concepção distorcida de carinho, ou seja, ela aprende a equiparar relação interpessoal com relação sexual, sendo que toda vez que ela é abusada, acaba acreditando ser uma forma de carinho.

Butler (1978) fala que “Embora quase todas as vítimas infantis com quem conversei sentissem que o adulto fazia algo errado, em muitos casos era essa a única forma de amor, afeição, e atenção que obtinham” (p.35). Neste contexto, fica complicado da criança abrir mão do comportamento sedutor, porque ela acaba sendo reforçada pelo abusador ao emitir tais comportamentos, caso contrário, ela pode ser punida pelo mesmo. Além disso, ela aprende com o próprio abusador, que muitas vezes é alguém de sua confiança, a receber afeto da forma errada, ou seja, a criança é modelada desde cedo, de que para ela receber carinho, ou atenção, precisa se comportar de forma sedutora.

O que agrava a situação, é que a criança que aprende a emitir respostas sexualizadas diante do contexto de abuso sexual, na maioria das vezes acaba generalizando para outras situações de sua vida. Todavia, estes comportamentos não são aceitos na sociedade vigente e de acordo com Furniss (1993), para que estas crianças possam deixar de emitir tais comportamentos, é preciso que o terapeuta realize um tratamento orientado para a mudança desses comportamentos indesejados. Além disso, faz-se necessário treinar a criança a discriminar seus comportamentos anti-sociais, de forma que ela tenha autonomia para perceber e modificar os comportamentos que são inadequados para sua idade.

Outra questão que o mesmo autor levanta, é a possibilidade do infante que é vítima de abuso sexual, comportar-se de forma passiva em relação ao abuso e Friedrich (1998, citado em Padilha, 2002) complementa que muitas das mães que sofreram violência sexual quando criança, acabam tendo mais dificuldade em discriminar situações de abuso contra seus próprios filhos. Isso facilita a cadeia de comportamentos do abusador de perpetuar ao longo do tempo.

Percebe-se que pessoas que são abusadas na infância podem ter dificuldades em discriminar as situações de abuso, e as situações de carinho, apresentando desta forma, comportamentos de passividade em relação à própria proteção. Se isso não for corrigido, além de correrem o risco de sofrer novas situações de abuso, futuramente ao se tornarem mães, poderão deixar seus filhos passarem pela mesma situação, sem nem mesmo perceberem.

Padilha (2002) acrescenta que a impossibilidade ou a dificuldade que estas crianças apresentam em adquirir um repertório de comportamentos de auto-proteção pode ocorrer devido aos modelos inadequados fornecidos pelos pais. Dessa forma, compreende-se a necessidade que a criança tem de ser ensinada a se auto-proteger, de forma a evitar situações que sejam prejudiciais para o seu desenvolvimento sadio, caso contrário, ela fica exposta a novas situações de risco, e que podem repetir-se em novas gerações.

Para evitar que estas situações ameaçadoras ocorram novamente, Wolfe (1998, citado em Padilha, 2002) escreve que o abuso sexual pode ser evitado quando a criança consegue reconhecer o comportamento inapropriado do adulto, resiste aos pedidos abusivos, reage rapidamente para se esquivar da situação, e conta para alguém sobre o que ocorreu.

Outro autor que revela uma estratégia para proteger crianças vítimas de violência sexual é Gabel (1997), afirmando que é importante ensinar a criança a discriminar os comportamentos manipuladores e coercitivos que o adulto apresenta, de maneira que isso sinalize para a mesma que a próxima medida a ser tomada é fugir o mais rápido possível e buscar ajuda com alguém de confiança. Isso é necessário, porque a coerção ou manipulação é inerente ao abuso sexual e o simples fato de ensinar a criança a dizer não, se faz pouco diante de uma situação que ela possa sofrer represaria do agressor e, por isso, a discriminação destes comportamentos e o fugir devem ocorrer antes mesmo da criança ter a oportunidade de falar “não” para o adulto.

Outro problema que pode surgir depois da criança experienciar situação de abuso sexual é o que Furniss (1993) mostra em seu livro, que crianças e adolescentes podem abusar sexualmente de outras pessoas, por fazerem parte de famílias com histórico de abuso sexual, isto é, indivíduos que sofrem abuso sexual na família podem transformar-se em futuros abusadores. E isso é possível, devido aos modelos inadequados fornecidos pelos próprios abusadores, que muitas das vezes é alguém que cuida da criança, criando assim possibilidades da criança reproduzir aquilo que ela mesma vivenciou em casa.

Em muitas famílias no México, que aceitaram casos de incesto, a perpetuação deste ato acabou se repetindo ao longo das gerações, pois assim como comportamentos adequados podem ser aprendidos, os comportamentos inadequados também são aprendidos, por fazerem parte do mesmo princípio de aprendizagem (Renshaw, 1984).

Percebe-se que o abuso sexual infantil pode ser transmitido para as gerações seguintes, e é neste contexto que Padilha (2002) adverte os leitores para ampliarem sua visão a respeito deste tema, de forma a compreender que “A repetição intergeracional dos casos de abuso sexual dentro de uma família, constatado pelas pesquisas nesta área, é um argumento bastante importante a favor da prevenção e do tratamento das vítimas de abuso sexual” (p. 124).

Para finalizar este tópico, Furniss (1993) afirma que essa problemática deve ser vista a partir de uma ótica multidisciplinar, em que diversos campos de estudo, dentre eles o campo do direito, da política, da psicologia, da medicina, e outros, possam unir-se para desenvolver um trabalho interdisciplinar completo e satisfatório.

Furniss (1993) faz esta discussão porque é natural fazer uma divisão entre a abordagem normativa, que enfatiza mais os aspectos legais do abuso sexual infantil e entre a abordagem clínica ou na área da saúde, que dá mais ênfase nos aspectos da saúde mental da vítima. Porém, fazer a junção de ambas as abordagens, numa ótica global, seria o mais aconselhável neste contexto.

O ideal é envolver os vários campos de estudo para dissertar sobre a questão do abuso sexual infantil, mas neste trabalho a ênfase será dada apenas ao aspecto clínico, no que se refere às vítimas de abuso sexual, e em específico ao tratamento psicológico que pode ser feito com as mesmas, dando ênfase na terapia comportamental infantil, utilizando o treino de habilidades sociais, com o objetivo de evitar e também diminuir o sofrimento destas.

## 2. Habilidades sociais

Para falar a respeito das Habilidades Sociais é necessário esclarecer que ainda não existe uma definição única para este tema, pois cada pesquisador desta área apresenta um conceito diferente, criando assim uma grande diversidade de termos (Caballo, 2003).

O movimento das habilidades sociais teve origem com Salter, em 1949, e sua maior difusão ocorreu nos anos 70. Suas raízes históricas eram baseadas no conceito de “habilidades”, que segundo Argyle e Kendon (1967, citados em Caballo, 1996) pode ser definida como “uma atividade organizada, coordenada, em relação a um objeto ou uma situação que implica numa cadeia de mecanismos sensoriais, centrais e motores” (p. 363).

Dentre os vários conceitos de habilidades sociais, Del Prette & Del Prette (2005) afirmam que “O termo habilidades sociais, geralmente utilizado no plural, aplica-se as diferentes classes de comportamentos sociais do repertório de um indivíduo, que contribuem para a competência social, favorecendo um relacionamento saudável e produtivo com as demais pessoas.” (p. 31).

Caballo (2003) concebe o termo “Habilidades Sociais” como sinônimo do termo “Competência Social”, todavia, é inadequada esta comparação porque a competência social envolve a avaliação de quão coerente e funcional é o comportamento, isto é, se os objetivos iniciais foram ou não alcançados.

O termo Habilidades Sociais envolve todas as classes de comportamentos, e também os componentes fisiológicos, afetivos e cognitivos que contribuem para o bom desempenho social, sendo assim, um termo descritivo e mais abrangente que o de competência social (Del Prette & Del Prette, 2005).

Para uma melhor compreensão do leitor, Del Prette & Del Prette (1999) afirmam que o conceito de competência social envolve a capacidade que a pessoa tem de expressar-se honestamente, defender seus direitos, atingir objetivos desejados, levando em consideração a si mesmo e o outro, maximizando as conseqüências positivas e com uma perda mínima de reforçadores.

Além disso, a competência social pode ser considerada uma medidora do quão adaptado e ajustado é o desenvolvimento psicossocial do indivíduo, enquanto um repertório social empobrecido pode indicar um correlato de problemas psicológicos (Del Prette & Del Prette, 2005).

Desta forma, para que um comportamento possa ser de fato competente, é necessário levar em conta, tanto a posição do emissor, quanto a posição do receptor, contribuindo para a melhora da própria qualidade de vida, diminuindo assim os conflitos intrapessoais e interpessoais.

Percebe-se que a competência social envolve uma dimensão avaliativa, em que considera à capacidade que o indivíduo tem de organizar suas habilidades sociais, sendo coerente com seus comportamentos encobertos como pensamentos, sentimentos e valores eliciados por uma demanda social, sendo assim, possível de emitir um desempenho que seja funcional para responder de forma adequada às demandas ambientais (Del Prette & Del Prette, 2001).

Para entender melhor as habilidades sociais, é importante compreender o que vem a ser comportamentos sociais, ou também conhecidos como comportamentos socialmente hábeis. Esses são comportamentos adequados a um contexto específico, caso contrário eles são vistos como anti-sociais. Isto é, existem determinados comportamentos que são apropriados em uma ocasião e inapropriados em outra, variando conforme a sua contextualização.

Existem várias definições para o comportamento socialmente hábil, e uma dentre elas é a de Phillips (1978, citado em Caballo, 2003) quando afirma que:

O grau que uma pessoa pode comunicar-se com os demais de modo a satisfazer os próprios direitos, necessidades, prazeres ou obrigações até um nível razoável, sem prejudicar os direitos, necessidades, prazeres ou obrigações similares do outro e compartilhar esses direitos etc. com os demais, em um intercâmbio livre e aberto (p. 6).

Para avaliar se o comportamento foi ou não foi habilidoso, isto é, para se fazer uma análise completa do desempenho social de uma pessoa, é necessário levar em consideração três dimensões, porque elas estão sempre presentes nas interações sociais: dimensão pessoal, dimensão situacional e dimensão cultural.

A primeira dimensão refere-se ao repertório do indivíduo em seus componentes comportamental, cognitivo-afetivo e fisiológico e incluem também as características

personais como grau de escolaridade do indivíduo, idade, sexo, e outros mais variados traços que compõem as características demográficas da pessoa.

A dimensão situacional, segundo Argyle e col (1981, citados em Del Prette & Del Prette, 1999) pode ser conhecida como a soma das diversas características envolvidas no sistema de comportamentos durante um encontro social.

Por último, a dimensão cultural, envolve as diferenças e semelhanças que ocorrem de uma cultura para outra, pois cada região requer normas e valores diferentes, sendo necessária uma análise funcional do comportamento.

Em função disso, não existem comportamentos que sejam apropriados para todas as ocasiões, de maneira que para se fazer uma análise real do comportamento, é preciso levar em consideração o contexto na qual o mesmo ocorre.

Um exemplo seria o de um homem tentar entrar no banheiro feminino, em um restaurante, para utilizá-lo, provavelmente ele será impedido de entrar, porque este comportamento é inapropriado nesta ocasião. Mas, se o mesmo comportamento for realizado por uma mulher, não haverá censura, pois nesta ocasião, mulher entrar no banheiro feminino é aceitável socialmente.

Caballo (2003) esclarece melhor este assunto, quando escreve em seu livro que para um indivíduo ter um bom desempenho social, é necessário que ele emita uma resposta que seja adequada ao seu ambiente, em uma situação específica.

Compreender esta temática, consiste em perceber que não é possível analisar um comportamento como sendo hábil, fora do seu contexto, pois não existem formas universais de comportar-se corretamente, sendo que em cada tipo de situação requer um novo tipo de resposta, dando margem para uma diversidade de comportamentos que podem ser emitidos em variados contextos.

É muito importante o investimento não somente teórico, mas também prático das habilidades sociais, porque estas contribuem de forma significativa tanto para o bom desenvolvimento das relações sociais, quanto para a qualidade de vida das pessoas. Porém, mesmo sabendo que o treino das habilidades sociais possa beneficiar pessoas de todas as faixas-etárias, sabe-se que a infância é um período crucial para esta aprendizagem, porque é neste contexto que se inicia o estabelecimento e o desenvolvimento das primeiras interações sociais.

Nesse caso, quando ocorre a aprendizagem dessas habilidades na infância, a criança tem muito mais chances de ter sucesso nas suas interações sociais. Mas, quando ocorre o déficit dessas habilidades, a criança pode correr o risco de ter problemas em seu funcionamento psicossocial, acarretando vários resultados negativos, como: dificuldades de auto-aceitação, exclusão do grupo social, comportamentos desajustados, dificuldades acadêmicas, dentre outros (Del Prette & Del Prette, 2006).

Para complementar, Del Prette & Del Prette (2005a, citado em Del Prette & Del Prette, 2006) afirmam que crianças que adquirem um repertório de habilidades sociais bem desenvolvido, geralmente apresentam resultados positivos como: “outros comportamentos adaptativos, maior aceitação por colegas, auto-estima positiva, melhor realização acadêmica e a uma trajetória desenvolvimental que pode se concretizar em melhores relações afetivas na adolescência, sucesso profissional, felicidade e satisfação conjugal” (p. 48).

Outra questão relevante é a influência que o ambiente familiar pode exercer sobre a aprendizagem das habilidades sociais, enfatizando que os pais, professores e profissionais da área da saúde devem investir na prevenção de problemas na infância, por meio do treino de habilidades sociais, com intuito de melhorar a competência social infantil, proporcionando relações mais sadias, duradouras e satisfatórias (Del Prette & Del Prette, 2005).

Considerando que a criança aprende algumas regras dentro de casa, outras na escola, na rua e em cada ambiente, ela vai recebendo novas informações, sendo que ora ela é impedida, outrora ela é liberada a fazer o que quiser, isto é, ela recebe informações variadas de acordo com o seu contexto. Assim, é importante que a criança aprenda cada vez mais a desenvolver um repertório de habilidades sociais variado, de forma que ela possa superar os desafios que a vida lhe oferece (Del Prette & Del Prette, 2005).

Esses mesmos autores mostram que em cada situação que a criança vivencia, diferentes habilidades lhe são requeridas, e aquelas crianças que aprendem poucas maneiras ou recebem modelos inadequados de comportar-se, acabam tendo dificuldades nas interações sociais.



Não há como desconsiderar que para a criança ser aceita no seu meio social, lhe é cobrado um alto grau de desempenho social, caso contrário, ela pode sofrer discriminação e exclusão do seu meio social.

Como se pode observar, é necessário enfatizar a importância de proporcionar às crianças modelos que sejam adequados, possibilitando a elas condições de desenvolverem um repertório rico de comportamentos socialmente hábeis, como forma de prevenção de problemas ao longo de suas vidas, e isso pode ser feito por meio do treinamento das habilidades sociais, porque se não houver investimento nesta área, a criança poderá apresentar comportamentos anti-sociais e encontrar dificuldades para resolver situações de conflitos.

Vale ressaltar que a aprendizagem das habilidades sociais é importante não somente na infância, mas em todas as fases da vida, porque as interações sociais requerem habilidades comportamentais variadas, e quanto mais rico for o repertório comportamental do indivíduo, mais produtiva será suas relações com os demais.

## 2.1 O Treino das Habilidades Sociais

Segundo Del Prette & Del Prette (2003) O Treino das Habilidades Sociais (THS) originou-se na Inglaterra, na década de 60, e Michael Argyle, juntamente com toda sua equipe da Universidade de Oxford, inicialmente utilizou o THS, como um método terapêutico, cujo o objetivo era de ajudar as pessoas a desenvolverem relacionamentos mais saudáveis.

Atualmente, o treino das habilidades sociais é utilizado não somente visando o aperfeiçoamento das interações sociais, mas também como forma de melhorar a qualidade de vida destas (Del Prette & Del Prette, 2003).

O treino das habilidades sociais era também conhecido com “treino de assertividade”, entretanto, a partir da década de 80, diversos autores defenderam a idéia de que o THS era muito mais amplo do que o treino da assertividade, e por isso, a assertividade passou a ser compreendida como uma das subáreas do THS (Del Prette & Del Prette, 2006).

Diversos modelos teóricos e diferenciadas técnicas compõem o THS. Inicialmente, a maioria dessas técnicas tiveram origem na Análise Experimental do Comportamento. Porém, ocorreu uma evolução no THS de maneira que estendeu-se para outras abordagens, envolvendo habilidades cognitivas, emocionais, verbais e não-verbais, com enfoque comportamental, e a finalidade de ensinar novos repertórios de respostas para indivíduos que apresentam um repertório comportamental insatisfatório ou inapropriado (Caballo, 1996 & Caballo, 2003).

O THS consiste na tentativa de ensinar habilidades necessárias para uma melhor interação social, visando também aumentar o repertório comportamental do indivíduo, de forma que o possibilite ter relações sociais mais satisfatórias (Eisler, 1976; Kelly, 1982 e Spence e Spence, 1980 citados em Caballo, 2003). É importante deixar claro para o leitor que o treino das habilidades sociais não visa ensinar comportamentos aleatórios, mas sim comportamentos que sejam específicos ao repertório comportamental do cliente, isto é, fazer uma análise funcional dos comportamentos deste.

Antes de se iniciar um THS, é preciso identificar as áreas específicas que o cliente apresenta dificuldades, para que seja possível fazer a análise do motivo pelo qual o sujeito comporta-se de maneira inadequada. Além disso, é importante estabelecer um ambiente que esteja livre de juízos no que se refere aos comportamentos públicos e privados emitidos pelo cliente na terapia, propiciando assim um vínculo terapêutico (Caballo, 2003).

A literatura demonstra que existe uma variedade muito grande de classes de habilidades sociais, ficando difícil estabelecer um consenso entre os estudiosos desta área, pois não há um sistema único de classificação. Del Prette & Del Prette (2005) sugerem em seu livro algumas classes que são tidas como as essenciais para o funcionamento adaptativo da criança, sendo estas: de autocontrole e expressividade emocional, civilidade, empatia, assertividade, fazer amizades, solução de problemas interpessoais e habilidades sociais acadêmicas.

Estes mesmos autores deixam claro que estas classes de habilidades são interdependentes e complementares. Neste trabalho serão abordados apenas as

habilidades de empatia e de assertividade, porque no contexto de crianças vítimas de abuso sexual, estas classes são de muita utilidade como forma de prevenção e tratamento destas crianças.

Dentre as diversas subclasses das habilidades assertivas, as principais são: expressar os sentimentos levando em consideração os próprios direitos e o dos outros, fazer ou recusar pedidos, pedir mudanças de comportamentos, negociar interesses e negar pedidos quando necessário.

Cada uma dessas classes são compostas por diversas subclasses, e as principais subclasses das habilidades empáticas são: observar o outro, se importar com os sentimentos dos outros, demonstrando interesse e respeito pelo próximo, expressar compreensão pelos sentimentos de outros e oferecer ou compartilhar ajuda para as demais pessoas.

## 2.2 Treinamento Assertivo

Joseph Wolpe, psicólogo sul-africano, realizou um grande movimento terapêutico nos Estados Unidos conhecido como Treinamento Assertivo. Este campo de estudo aborda três estilos que constituem o comportamento humano, em que numa extremidade encontra-se o estilo passivo, na outra extremidade encontra-se o estilo agressivo e no centro, encontra-se o estilo assertivo (Del Prette & Del Prette, 2003).

De acordo com estes mesmos autores, o estilo passivo pode ser identificado em pessoas que apresentam dificuldades para negar pedidos, desagradar pessoas, discutir seus direitos, ou seja, evitam ao máximo conflitos interpessoais. Além disso, estas pessoas encontram barreiras para expressar seus sentimentos tanto positivos (afeto, amor), quanto negativos (desagrado, raiva) e com isso elas geralmente são desvalorizadas, ou não são levadas muito a sério pelas demais, e conseqüentemente, acabam sofrendo e ficando frustradas.

O comportamento passivo, freqüentemente, leva as pessoas a serem aceitas facilmente no grupo social, pois inicialmente elas ficam conhecidas como simpáticas e

flexíveis. Todavia, com o passar do tempo, de tanto elas abrirem mão dos seus direitos e vontades, negando a si mesmas, e permitindo que o outro escolha por elas próprias, acaba gerando uma relação insatisfatória para ambas as partes, porque tanto o emissor fica insatisfeito por não conseguir atingir seus objetivos, como o receptor pode sentir culpa ou raiva por conseguir atingir seus objetivos às custas do emissor. Sendo assim, indivíduos que se comportam de forma passiva, tendem a ser depreciados e desvalorizados pelo outro (Alberti & Emmons, 1978).

Percebe-se que pessoas passivas, na maioria das vezes, preferem abrir mão de suas vontades para ceder as vontades do outro, visando evitar desavenças, e isso ocorre mesmo quando sua opinião está correta, e a do outro incorreta. Por estes motivos, muitas destas pessoas são percebidas pelas demais, como submissas, fracas e que podem ser manipuladas facilmente (Del Prette & Del Prette, 2003).

Alberti & Emmons (1978) destacam a existência de duas formas de não-asserção: a que é situacional, e a generalizada. A primeira envolve indivíduos que, na maioria das vezes, se comportam de forma adequada, mas que em determinadas situações, ficam ansiosos e comportam-se de forma inadequada diante de tal situação.

A não-asserção generalizada inclui aqueles indivíduos que, em quase todas as situações, se comportam de forma inadequada. São aqueles que constantemente não expressam suas vontades e estão sempre se submetendo às vontades dos outros.

Ao contrário do estilo passivo, o estilo agressivo é marcado pelo comportamento autoritário. Geralmente, estes indivíduos desvalorizam as crenças dos outros, para defender e valorizar as próprias crenças. Neste caso, o indivíduo dificilmente cede ao outro chances para se defender, ou seja, quer sempre ter a razão, e com isso, acabam manipulando com facilidade os demais (Del Prette & Del Prette, 2003).

Pessoas que encontram-se no estilo agressivo, são aquelas que conseguem expressar as suas vontades, e afirmar seus valores, mas sem respeitar ou valorizar o desejo do outro, isto é, para estes indivíduos alcançarem os seus objetivos, eles acabam passando por cima dos sentimentos do outro. Em virtude disso, as pessoas se sentem feridas, e acabam evitando ou se afastando daqueles que se comportam de forma agressiva.

Ao contrário da passividade, ou da agressividade, Lange e Jakubiwski (1976, citados em Del Prette & Del Prette, 2005) acreditam que a assertividade é composta por diversas habilidades sociais de enfrentamento em situações que possam gerar conflitos ao interlocutor, de forma que o mesmo seja capaz de expressar suas vontades de maneira apropriada, sem precisar se comportar de forma agressiva.

Estes mesmos autores descrevem que “O comportamento que torna a pessoa capaz de agir em seus próprios interesses, a se afirmar sem ansiedade indevida, a expressar sentimentos sinceros sem constrangimento, ou a exercitar seus próprios direitos sem negar os alheios, é denominado de comportamentos assertivo” (p. 18).

Alberti & Emmons (1978) complementam o que foi exposto anteriormente, quando falam que a pessoa que se comporta de forma assertiva acaba sendo receptiva e flexível, porque ao mesmo tempo que ela é capaz de estabelecer seus desejos e opiniões, ela também se preocupa com os direitos do outro.

A assertividade envolve a defesa dos direitos individuais, sem desconsiderar os direitos coletivos, e é também considerada uma habilidade de enfrentamento, porque ocorre a afirmação das próprias necessidades, mas sem violar ou desrespeitar o espaço do outro (Del Prette & Del Prette, 2003). Explicações mais detalhadas a respeito do comportamento passivo, agressivo e assertivo encontram-se no Anexo 1

Del Prette & Del Prette (2005) acreditam que o conceito de assertividade deve conter a idéia de igualdade dos direitos e deveres, legitimando assim os comportamentos voltados para a reivindicação e defesa desses direitos, de respeito e dignidade das pessoas em geral.

Desta forma, antes mesmo de se iniciar o treino da assertividade com a criança, é preciso mostrar que existem direitos e deveres que devem ser cumpridos, e que a reciprocidade está sempre presente nas interações sociais, isto é, para se ter uma relação de respeito com o outro, é necessário que seja levado em conta tanto os direitos e deveres do emissor, quanto os direitos e deveres do receptor, pois somente diante desta troca recíproca é que é possível ser estabelecido relacionamentos saudáveis.

Del Prette & Del Prette (2001) complementam este assunto de forma muito interessante:

Os direitos interpessoais correspondem à aplicação, na interação social, dos direitos humanos básicos, entendendo-se que eles são válidos para todos e que cada direito corresponde a um dever: o direito de expressar nossas opiniões corresponde ao dever de respeitar as opiniões dos demais; o direito de pedir o que se quer implica o dever de respeitar o direito de recusar do outro e assim por diante (p.36).

Devido a isto, estes mesmos autores chamam a atenção do leitor, para compreenderem a importância não só dos avanços de leis que visam os direitos infantis, mas também para a inclusão e promoção das habilidades assertivas com crianças, ensinando-as a exercerem elas mesmas, tais direitos.

Vale ressaltar no presente trabalho, que na nossa cultura, o comportamento assertivo muitas vezes é visto como agressivo, porque para muitas famílias, o indivíduo que defende seus próprios direitos, acaba sendo censurado. Com isso, desde criança, muitas pessoas vão sendo treinadas pelos próprios pais a se submeterem a tudo o que eles querem, sem nem mesmo, poder questioná-los. Esta censura, não se limita apenas no ambiente familiar, mas também pode ser encontrada nas salas de aula, com professores autoritários, que não permitem a livre expressão de seus alunos e em instituições religiosas que ensinam o comportamento passivo, como forma de obediência aos superiores (Alberti & Emmons, 1978).

Sendo assim, estes mesmos autores mostram que é nítida a influência anti-assertiva dos sistemas sociais básicos que compõem a nossa cultura, o que acaba afetando as interações sociais, gerando conflitos intrapessoais e interpessoais, além de insatisfação da auto-realização de muitas pessoas.

Sabe-se que o treino assertivo é de muita importância para a melhoria das relações sociais e também para o melhor bem estar da pessoa consigo mesma. Entretanto, não são em todas as situações que se deve comporta-se assertivamente, porque nas interações com pessoas muito agressivas, é melhor abrir mão da assertividade, evitando assim confrontos (Hargie, Saunders e Dickson, 1987, citados em Falcone, 2000).

A utilização de comportamentos assertivos é inadequada quando existem a probabilidade de reações violentas, devido ao receptor ser uma pessoa muito

agressiva. Nesta situação, o melhor é optar-se pela passividade (Alberti & Emmons, 1978 e Del Prette & Del Prette, 2003).

Ser habilidoso socialmente nem sempre consiste em falar para o outro tudo aquilo se pensa, pois em algumas situações específicas, e principalmente quando pode ocorrer conflito, o mais indicado é tentar compreender e validar a perspectiva da outra pessoa, antes mesmo de manifestar a nossa perspectiva, evitando assim confrontos desnecessários (Goleman, 1995; Guernsey, 1987 e Nichols, 1995 citados em Falcone, 2000).

Outra situação que não é aconselhado ser assertivo é quando diz respeito a pessoas que são incapazes de entender um comportamento assertivo, como idosos ou doentes, pois estas podem perceber a assertividade como algo agressivo.

Um exemplo seria uma pessoa idosa que dirige muito devagar no trânsito, por falta de habilidade motora, a ponto de atrapalhar o tráfego dos carros. Neste contexto, o melhor é esperar, até surgir uma oportunidade para ultrapassar com segurança, pois buzinar ou pedir para o idoso dirigir mais rápido, além de não ajudar, pode desencadear no idoso uma preocupação excessiva, que pode atrapalhar mais ainda o tráfego de carros, sem contar que pode ocorrer o comprometimento da saúde deste.

Del Prette & Del Prette (2003) acreditam que quando o uso da assertividade não se encontra de acordo com os padrões culturais, podendo até mesmo ser considerada como algo agressivo ou equivocada, é melhor se manter passivo. Diante do que já foi exposto, percebe-se que é preciso discriminar as situações em que se pode comportar de forma assertiva ou não, pois não são todos os casos em que é aconselhável o comportamento assertivo.

No treino da assertividade, as habilidades mais visadas são: expressar sentimentos negativos (raiva, desagrado), falar sobre qualidades e defeitos, concordar ou discordar de opiniões, fazer e recusar pedidos, lidar com críticas e gozações, negociar interesses conflitantes, defender os próprios direitos, resistir à pressão de colegas e solicitar mudanças de comportamento (Del Prette & Del Prette, 2005).

Entretanto, neste trabalho será discutido apenas a respeito de fazer recusas de pedidos, é o que mais se encaixa nos casos de crianças vítimas de abuso sexual.

### 2.3 A importância do Treinamento da Habilidade de fazer e recusar pedidos

Existem situações em que pessoas fazem pedidos que extrapolam os limites do outro, atingindo de forma negativa a moral do outro. E mesmo que pareça ser fácil recusar um pedido abusivo, para muitas pessoas esta é uma tarefa difícil, e de acordo com Del Prette & Del Prette (2003) isso pode ocorrer devido ao receio que a pessoa tem das conseqüências serem negativas, quando ela nega um pedido, ou por uma ausência de aprendizagem de habilidades de recusar. Existe também a possibilidade da pessoa passar por uma ansiedade excessiva, ou por sentir culpa, ao negar um pedido.

O sentimento de culpa, muitas vezes é aprendido pelos próprios pais, que fazem os filhos sentirem culpa, quando eles não fazem o que seus pais pedem, e com isso, a criança passa a generalizar este comportamento de sentir culpa nas demais situações.

No treino das habilidades de pedir e recusar pedidos, a criança vai aprender a pedir aquilo que é necessário para ela, sem prejudicar o outro, isto é, ela vai ser incentivada a fazer um pedido, mas sem violar o direito e o espaço do outro. Esta é a melhor forma para proteger os próprios direitos, sem precisar de invalidar os direitos do outro (Caballo, 2003).

Nesta etapa, é importante que a criança aprenda a discriminar que toda vez que ela pede algo, ocorre a possibilidade dela receber um “sim” ou “não”, e independente da resposta que ela receber, será necessário respeitar a decisão do outro. Sendo assim, ela também acabará aprendendo a responder “sim”, ou “não”, para aqueles que pedem algo para ela, mas sem sentir culpa, pois da mesma forma que é preciso respeitar os limites do outro, ela também aprenderá a respeitar seus próprios limites (Del Prette & Del Prette, 2005).



É por isso que Caballo (2003) afirma que “Recusar pedidos de forma adequada implica que o paciente seja capaz de dizer “não” quando queira fazê-lo e que não se sinta mal por fazê-lo” (p. 258).

Neste caso, o treino facilita que a criança aprenda que a liberdade de expressão é uma via de “mão dupla”, que tanto nas situações em que ela pede, como nas situações em que ela responde, ocorre uma liberdade de expressão de vontades, entretanto esta liberdade não pode ultrapassar os limites e direitos um do outro.

É de suma importância que a criança aprenda a negar pedidos em situações que possam lhe causar arrependimento futuro ou danos irreversíveis. Recusar pedidos abusivos é o mesmo que proteger-se de problemas futuros, além de evitar situações em que possibilite que outros, mal intencionados, tirem proveito do outro.

A recusa de pedidos também é importante para que a criança aprenda a tomar decisões próprias, sem influência ou manipulação de outros, pois crianças que não conseguem negar os pedidos inadequados, ou seja, pedidos que extrapolem os seus limites, acabam sendo facilmente manipuladas (Galassi e Galassi, 1977 citado em Caballo, 2003).

Antes de responder a um pedido, é necessário avaliar quais perdas e ganhos são obtidos ao responder ao interlocutor. Depois de avaliado, se o receptor perceber que poderá ser prejudicado ao responder “sim”, o ideal é recusar de forma clara, objetiva e coerente, isto é, sem desculpas ou justificativas, para evitar que o outro “retruque” e gere com isso situações embaraçosas (Booraem e Flowers, 1978 citado em Caballo, 2003).

No contexto de crianças vítimas de abuso sexual, é muito importante que elas sejam treinadas a discriminarem situações que sejam perigosas para elas, e que seja necessário falar “não” para propostas que possam violar os seus direitos, evitando com isso, novas situações de abuso.

Crianças que aprendem a recusar propostas abusivas, sem precisar de sentir culpa, além de prevenir situações que possam lhe causar sofrimento, acabam tendo mais condições de tomar suas próprias decisões. Em outras palavras, não são manipuladas facilmente e acabam sendo mais felizes.

Sabe-se que o sentimento de culpa que o menor, vítima de abuso sexual, experiencia ao negar um pedido, surge de acordo com as interações que ele desenvolve com o abusador, pois o mesmo, coage a criança a submeter-se ao abuso, caso contrário, ela é vista como desobediente.

Diante disso, é importante ensinar estas vítimas que negar um pedido abusivo, não significa que ela está sendo desobediente, ao contrário, ela está protegendo os seus direitos, e conseqüentemente, evitando novos episódios de abuso sexual.

Vale ressaltar que a partir do momento que o menor aprende recusar aos pedidos do abusador, esse comportamento de recusa, tende a ser generalizado para as demais situações que possam gerar danos para a criança, o que contribui para o aprimoramento de auto-proteção da mesma.

#### 2.4 Habilidades Empáticas

Como foi exposto anteriormente, as habilidades empáticas fazem parte da imensa gama das habilidades sociais, e estas habilidades são muito valorizadas na sociedade vigente, pois elas são essenciais para o desenvolvimento de relacionamentos saudáveis.

*Empátheia* é uma palavra grega que significa entrar no sentimento do outro, e a partir disto, originou-se o termo empatia. Desta forma, comportar-se de forma neutra ou imparcial é contrária à empatia, pois o comportamento empático consiste em considerar a perspectiva do outro e reagir movido por esta perspectiva, de forma a expressar ao outro, compreensão da situação em que o mesmo se encontra (Del Prette & Del Prette, 2003).

Segundo Del Prette & Del Prette (2001), a habilidade empática pode ser conhecida como a capacidade de entender a demanda afetiva que alguém está vivenciando, e a partir disso comunicar de forma adequada tal compreensão. Diante desta habilidade, percebe-se que ocorre uma interação social na qual são valorizadas as demandas afetivas do outro, de forma que a indiferença para com a “dor” ou “alegria” do outro é descartada, dando margem a uma interação mais produtiva e profunda.

Falcone (2000) afirma que o comportamento empático produz bons resultados na qualidade das interações sociais, pois pessoas empáticas tendem a considerar e a respeitar o outro, fortalecendo com isso os vínculos, facilitando as relações interpessoais e reduzindo conflitos.

Em contrapartida, pessoas não-empáticas tendem a emitir com maior frequência comportamentos anti-sociais e violentos, devido à falta de consideração que estas pessoas tem pela dor do outro, facilitando assim situações abusivas. Todavia, se o agressor tiver contato com experiências empáticas e adquirir também uma sensibilidade para levar em conta a perspectiva do outro, ocorre uma alta probabilidade de desistir da violência (Del Prette & Del Prette, 2005).

Comportar-se empaticamente é preocupar-se em discriminar o que o outro sente, independente da experiência ser positiva ou negativa, com o objetivo de expressar compreensão e afeto. Sendo assim, o comportamento empático tem o efeito de validar os sentimentos que o outro está vivenciando, possibilitando o consolo e conforto nos momentos difíceis, ou também em situações prazerosas. Assim, demonstrar alegria em virtude do sucesso de outros, também é se comportar de forma empática.

Existem três componentes que participam do processo empático, sendo estes: o componente cognitivo (identificar a perspectiva do outro); o componente afetivo (sentir com o outro) e o componente comportamental (expressar ao outro compreensão e sentimento em relação às dificuldades ou êxitos), sendo que estes componentes funcionam de forma integrada uns com os outros (Del Prette & Del Prette, 2003 e Del Prette & Del Prette, 2005).

Outros autores que também dissertam a respeito destes componentes, são Davis (1980, 1983a e 1983b; Egan 1994; Feshbach 1992 e 1997; Greenberg e Elliott 1997, citados em Falcone, 2000) afirmando que o comportamento empático inclui: a) um comportamento cognitivo, ou seja, a capacidade de entender a perspectiva e os sentimentos dos outros; b) um componente afetivo, em que é demonstrado sentimento de compaixão/ preocupação com a outra pessoa; e c) um componente comportamental, caracterizado pela emissão de um comportamento verbal e não verbal, como forma de demonstrar compreensão da perspectiva do outro.

Em contrapartida, pessoas não empáticas são aquelas que não se preocupam em perceber ou sentir o estado emocional do outro, não sendo possível assim, comunicar empatia ao outro, fazendo com que este se sinta incompreendido (Del Prette & Del Prette, 2003).

Estes mesmos autores mostram que para expressar empatia é necessário não apenas falar empaticamente, mas também ouvir empaticamente, isto é, demonstrar para a outra pessoa disposição para ouvir o que ela tem para dizer, facilitando com isso o desabafo do outro.

Em virtude disso, pessoas empáticas geralmente são conhecidas como pessoas amigas e compreensivas, porque se disponibilizam a ouvir atentamente as questões do outro. Sendo assim, relações empáticas tendem a ser mais harmoniosas e satisfatórias.

Desta forma, é de extrema importância ensinar a criança desde cedo a comportar-se de forma empática, como medida de evitar que a mesma se torne uma pessoa fria e indiferente pelos sentimentos dos demais, correndo o risco de não conseguir ter relações profundas e duradouras.

Uma das formas de ensinar a criança a se comportar de forma empática é mostrando que todas as pessoas possuem direitos iguais, de forma que esta compreenda que aquilo que não deseja para si mesma, também não deve desejar para os outros. Logo, quando a criança aprende a reconhecer e a expressar seus próprios sentimentos, e também se interessar pelos sentimentos dos outros, ela acaba tendo mais facilidade para lidar com situações de conflitos ou pressão e acaba influenciando de forma positiva a vida do outro.

Proporcionar à criança um ambiente na qual ela possa se comportar de forma empática contribui de forma positiva para o desenvolvimento psíquico e emocional desta, além de melhorar a qualidade de vida de todos a sua volta, pois quando a criança aprende a respeitar e a considerar os direitos do outro, sendo assim incentivada no ambiente familiar a emitir tais comportamentos empáticos, a tendência é que suas interações sociais futuras sejam mais profundas e saudáveis.

Ao contrário, crianças que não aprendem a se comportar de forma empática, e quando se comportam de tal forma, acabam sendo punidas, aumentando as chances

de futuramente se tornar um transgressor dos direitos humanos, afetando com isso toda a sociedade.

Percebe-se que o investimento do treino das habilidades empáticas afeta desde o desenvolvimento sadio da criança, até interações sociais mais maduras, contribuindo desta maneira de forma positiva para toda a sociedade vigente, pois a aprendizagem de comportamentos empáticos pode evitar que estas crianças abusem sexualmente de outras pessoas, contribuindo assim, para a diminuição da violência sexual infantil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração que o abuso sexual infantil sempre existiu na história da humanidade, e que simplesmente dar às costas para esta problemática não contribuirá para o fim desta violência. O melhor a se fazer é a sociedade como um todo se unir para combater este crime que ocorre com tanta frequência.

Cabe assim, aos profissionais competentes intervirem de forma preventiva e também como tratamento, atuarem da melhor maneira possível para diminuir os danos causados às crianças vítimas de abuso sexual e o Treino das Habilidades Sociais seria uma maneira de intervir positivamente com estas crianças.

Como foi visto no decorrer deste trabalho, crianças que sofrem abuso sexual na infância, geralmente acabam se comportando de forma passiva diante deste contexto, e quando o abuso ocorre dentro de casa, por alguém da família da vítima, a situação se agrava mais ainda, pois a criança tem uma motivação maior para se comportar de forma passiva.

Isso ocorre, porque o menor deseja se esquivar de novas situações aversivas como desestabilidade familiar, separação dos pais, brigas na família além de correr o risco da mãe não acreditar no relato desta, preferindo acreditar no abusador, que na maior parte das vezes, nega a violência.

Segundo Gabel (1997) muitas crianças que se comportam de forma passiva diante do abuso sexual acabam sendo vistas com obedientes pelo abusador, com isso, elas vão crescendo sem saber discriminar o que é certo e o que é errado, ou seja, elas crescem sem parâmetros para saber o que é abusivo ou não abusivo.

Percebe-se que a criança geralmente cede aos pedidos do abusador por uma questão de reforçamento negativo. Trata-se de reforçamento porque o comportamento da criança de ceder aos abusos, tende a aumentar de frequência com o passar do tempo, e é negativo, porque ceder aos pedidos do abusador funciona como uma forma de se esquivar das punição do mesmo.

Diante desta problemática, caso o menor não aprenda a valorizar os seus direitos e se auto-defender, se comportando de forma passiva nas situações de perigo, o mesmo quando se tornar um adulto, provavelmente, apresentará dificuldades em

expressar seus sentimentos e vontades, correndo o risco de ser desvalorizado pelos outros, além de poder sofrer novas situações de abuso sexual.

Perante isso, o Treino das Habilidades Sociais é de suma importância para o contexto de crianças vítimas de abuso sexual, porque este é um programa que tem como objetivo principal ensinar comportamentos que sejam específicos ao repertório comportamental do cliente, que no caso é a criança vítima de abuso sexual, possibilitando assim que esta adquira condições de desenvolver comportamentos de auto-proteção e defesas dos seus próprios direitos, sem precisar de desrespeitar os direitos do outro.

O Treino das Habilidades Sociais também contribui para que as interações sociais fiquem mais profundas e duradouras, e conseqüentemente, proporciona uma melhora na qualidade de vida da criança como um todo.

Dentre as várias classes das habilidades sociais, o treino assertivo é bastante apropriado neste contexto de abuso sexual, porque este possibilita que a criança aprenda comportamentos de auto-proteção, de valorização dos direitos e deveres, de recusar pedidos abusivos, de expressar as próprias vontades, isto é, de alcançar o objetivo desejado, mas sempre respeitando a posição e o espaço das demais pessoas.

Tudo o que foi escrito acima é necessário para o desenvolvimento sadio de tais crianças, pois a partir do treino dessas habilidades, a criança terá condições de se proteger de novas situações de abuso, sejam eles sexuais ou não.

Vale ressaltar que algumas crianças não recebem atenção dentro de casa e muitas das vezes, a única forma de afeto e atenção que elas recebem é quando são abusadas sexualmente. Desta forma, a criança vai crescendo com este tipo de aprendizagem, que só receberá afeto e carinho, caso submeta-se a situações abusivas.

Entretanto, o treino das habilidades sociais ensinará à criança outras formas de receber atenção das pessoas, sem precisar se submeter a situações abusivas, isto é, a criança aprenderá um novo repertório comportamental, na qual ela não precise emitir comportamentos que possam colocá-la em situações de risco.

Outra questão relevante que pode acontecer com a criança vítima de abuso sexual é que ela pode correr o risco de também se tornar um futuro abusador devido aos

modelos inadequados fornecidos pelo próprio abusador, isto é, a criança reproduz os comportamentos abusivos, da mesma forma que o abusador fez com ela.

Isso pode ser visto, quando Windom (1989, citado em Padilha, 2002) afirma que “No caso do pai ou padrasto, ter sido vítima de abuso sexual na infância pode ser um fator de risco para o comportamento de abusador na vida adulta, caso não tenha recebido assistência” (p.211).

Como forma de evitar que isso ocorra, o treino das habilidades empáticas pode ser uma maneira de prevenir que estes comportamentos anti-sociais apareçam, porque a criança que aprende a validar os sentimentos do outro apresenta mais facilidade para respeitar os limites do outro.

O comportamento empático interfere de forma positiva nas relações sociais, porque indivíduos que se comportam empaticamente, geralmente consideram os sentimentos do outro, e demonstram para o outro esta compreensão, de forma que este se sinta amparado. O resultado disso é a formação de vínculos mais profundos, além de ocorrer uma redução de conflitos interpessoais (Falcone, 2000).

Em contrapartida, pessoas não-empáticas emitem com maior frequência comportamentos violentos e anti-sociais, e isso se dá porque estas pessoas não respeitam o espaço do outro, ou seja, levam em conta apenas as próprias vontades, sem considerar as vontades e direitos do outro (Del Prette & Del Prette, 2005).

Difícilmente crianças que aprendem a se comportar de forma empática se tornarão futuros abusadores, pois devido ao fato delas terem sido treinadas a discriminar o estado emocional do outro, validando assim os sentimentos do mesmo, a tendência é que estas crianças se comportem de forma amigável e compreensiva, ao invés de comportarem-se de forma abusiva.

Para finalizar, acredita-se que o objetivo deste trabalho foi alcançado, pois diante do que foi exposto até agora, percebe-se que o treino das habilidade sociais com crianças vítimas de abuso sexual pode ser uma intervenção riquíssima que psicólogos que utilizam a abordagem analítica comportamental podem estar utilizando nas clínicas, pois o treino assertivo e o treino das habilidades empáticas, além de proporcionar a criança vítima de abuso sexual infantil um repertório comportamental de auto-proteção, defesas dos próprios direitos e dos direitos do outro, contribui também para a melhora



das relações sociais, ficando mais sadias e duradouras, e como resultado, ocorre uma melhora na qualidade de vida geral desta.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alberti, R. E., & Emmons, M. I. (1978). Comportamento assertivo: Um guia de auto-expressão. Belo Horizonte: Interlivros.
- Barbosa, H. (1999). Abuso e Exploração Sexual de Crianças: Origens, Causas, Prevenção e Atendimento no Brasil. Inocência em perigo: abuso sexual de crianças, pornografia infantil e pedofilia na internet. (p. 24 – 41). Rio de Janeiro: Garamond.
- Butler, S. (1979). A Conspiração do Silêncio: O Trauma do Incesto. Rio de Janeiro: S.D.
- Caballo, V. E. (1996). Manual de Técnicas de Terapia e modificação do Comportamento. São Paulo : Santos.
- Caballo, V. E. (2003). Manual de avaliação e treinamento das habilidades sociais. São Paulo : Santos.
- Caballo, V. E. & Simon, M. A. (2005). Manual de psicologia clínica infantil e do adolescente: Transtornos gerais. São Paulo : Santos.
- Del Prette, A. & Del Prette, Z. A. P. (1999). Psicologia das habilidades sociais: Terapia e educação. Petrópolis, RJ : Vozes.
- Del Prette, A. & Del Prette, Z. A. P. (2001). Psicologia das Relações Interpessoais: Vivências para o trabalho em grupo. Petrópolis : Vozes.
- Del Prette, A. & Del Prette, Z. A. P. (2003). Habilidades sociais cristãs: desafios para uma nova sociedade. Petrópolis, RJ : Vozes.
- Del Prette, A. & Del Prette, Z. A. P. (2005). Psicologia das habilidades sociais na infância. Petrópolis, RJ : Vozes.
- Del Prette, A. & Del Prette, Z. A. P. (2006). Habilidades Sociais e Relacionamento Interpessoal. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Falcone, E. (2000). A evolução das habilidades sociais e o comportamento empático. Em E. F. M. Silveiras. Estudos de caso em psicologia clínica comportamental infantil. (Vol. 1. p. 49 - 78). Campinas, SP: Papyrus.
- Furniss, T. (1993). Abuso sexual da criança: Uma abordagem multidisciplinar. Porto Alegre : Artes médicas.
- Gabel, M. (1997). Crianças vítimas de abuso sexual. São Paulo: Summus.
- Gauderer, E. C. (1996). Sexo e sexualidade da criança e do adolescente. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos.

- Nogueira, P. L. (1991). ESTATUTO da Criança e do Adolescente Comentado: Lei n. 8.069, de 13 de Julho de 1990. São Paulo: Saraiva.
- Padilha, M. G. S. (2002). Abuso sexual na infância e na adolescência: você pode descobrir o que está acontecendo. Em M. S. Brandão, F. S. Conte, & S. B. Mezzaroba (Orgs.), Comportamento Humano - Tudo (ou quase tudo) que você precisa saber para viver melhor ( p. 121 – 128). Santo André, SP: ESETEC . Editores Associados.
- Padilha, M. G. S. (2002). Abuso sexual contra crianças e adolescentes: considerações sobre os fatores antecedentes e sua importância na prevenção. In H. J.Guilhardi, M. B. B. P. Madi, & P. P. Queiroz. Sobre comportamento e cognição: Contribuições para construção da teoria do comportamento: ( Vol. 10, p. 209 - 219). Santo André: SP : ESETEC Editores Associados.
- Renshaw, D. C. (1984). Incesto: Compreensão e Tratamento. São Paulo: ROCA.
- Williams, L. C. A. (2002). Abuso Sexual Infantil. Em H. J.Guilhardi, M. B. B. P. Madi, & P. P. Queiroz. Sobre comportamento e cognição: Contribuições para construção da teoria do comportamento: ( Vol. 10, p. 155 - 163). Santo André: SP : ESETEC Editores Associados.

# **ANEXOS**

## Anexo 1 – Exemplos de comportamentos passivo, agressivo e assertivo

Contexto: João e Maria estão completando um ano de namoro e resolvem sair para jantar, como forma de comemorar esta data importante. Entretanto, a mãe de João, que mora numa cidade longe da cidade dele, resolve fazer uma surpresa para ele, e resolve visitá-lo. Nessa visita, ela o convida para jantar no mesmo dia que ele combinou com Maria para jantar.

### **Comportamento passivo:**

Mãe de João:

- Filho, vamos sair para jantar juntos? Porque vou ficar poucos dias aqui na sua casa, e gostaria de comemorar minha chegada com um jantar.

João:

- Mãe, hoje eu completo um ano de namoro com Maria, será que poderíamos sair para jantar amanhã?

Mãe de João:

- Ah, filho, amanhã eu quero ir ao shopping. Vamos sair todos juntos hoje; eu, você e Maria!

João:

- ok mãe.

Conclusão: Tanto Maria quanto João, ficaram insatisfeitos a noite toda.

### **Comportamento agressivo:**

Mãe de João:

- Filho, vamos sair para jantar juntos? Porque vou ficar poucos dias aqui na sua casa, e gostaria de comemorar minha chegada com um jantar.

João:

### Anexo 1 (cont.)

- Mãe, hoje eu completo um ano de namoro com Maria, será que poderíamos sair para jantar amanhã?

Mãe de João:

- Ah, filho, amanhã eu quero ir ao shopping. Vamos sair todos juntos hoje; eu, você e Maria!

João:

- Claro que não! Será que a senhora não percebe que eu e Maria vamos detestar a sua presença hoje?

Mãe de João:

- Desculpe filho, faça o que quiser, pois eu estou indo embora hoje mesmo.

Conclusão: A mãe de João se sente desrespeitada e perde a vontade de sair para jantar com ele.

### **Comportamento assertivo:**

Mãe de João:

- Filho, vamos sair para jantar juntos? Porque vou ficar poucos dias aqui na sua casa, e gostaria de comemorar minha chegada com um jantar.

João:

- Mãe, hoje eu completo um ano de namoro com Maria, será que poderíamos sair para jantar amanhã?

Mãe de João:

- Ah, filho, amanhã eu quero ir ao shopping. Vamos sair todos juntos hoje; eu, você e Maria!

João:

- Mãe, eu adoraria sair com a senhora, pois estou com muitas saudades de você. Porém, este é o único dia que eu e Maria completamos um ano de namoro, e é muito

## Anexo 1 (cont.)

importante comemorarmos hoje mesmo. Entretanto, amanhã, eu faço questão de levar a senhora no shopping e se sobrar um tempinho, aproveitamos e jantamos juntos.

Mãe de João:

- Combinado filho!

Conclusão: João expressa para sua mãe a importância de sair para jantar com Maria. Todavia, ele deixa claro para sua mãe que jantar com ela também é muito importante, ou seja, ele mostra a sua vontade, sem desmerecer a vontade da mãe. Desta forma, a mãe compreende a posição de João, sem se sentir desrespeitada. Conseqüentemente, João, Maria e a mãe de João saem satisfeitos.